

EVIDENCIALIDADE NO DISCURSO DOS MEDIA

ANA MARTINS

(Centro de Linguística da Universidade do Porto/FCT¹)

ABSTRACT: After summing up the main research strains on evidentiality – addressing central questions about the interaction of evidentials with other areas of grammar and with alterity issues – this paper focus on the function of evidential and modal markers on portuguese press discourse, assuming a non-obligatory overlapping relation between the two values.

KEYWORDS: modals, evidentials, source of information

1. Dos meados dos anos 80 até esta parte, assistiu-se a um interesse cada vez maior no estudo da categoria nocional da evidencialidade, que remonta a Jakobson ([1957] 1963). *Evidencial* ou *testemunhal*, no estudo de Jakobson sobre as formas verbais, respeita às marcas no enunciado do tipo de conhecimento ou fonte da informação veiculada numa asserção.

Em muitas línguas, como o albanês, o búlgaro, o arménio ocidental, o macedónio, o persa, o nepalês, o turco, ou o tadjik, constata-se a existência de processos gramaticais destinados exclusivamente a especificar o tipo de informação, prova ou dados de que o falante dispõe para dizer o que diz.

O tipo de conhecimento que o locutor tem sobre um ser ou uma entidade e, conseqüentemente, o grau de validade/effectividade do estado de coisas construído, está gramaticalmente marcado no enunciado. Estas línguas estão dotadas de sistemas morfossintácticos que obrigam o locutor a especificar o modo de acesso às informações que asseere.

Por exemplo, no tuyuca (língua ameríndia) o verbo principal tem na sua composição mínima a raiz e um morfema evidencial. O evidencial tem, pois, uma posição similar à do morfema de tempo, modo e aspecto, nas línguas europeias mais conhecidas.

A oposição de base, no que toca aos evidenciais, diz respeito à indicação sobre se a informação que o locutor transmite foi ou não foi obtida no seguimento de uma experiência directa/pessoal da realidade.

¹ A elaboração desta comunicação beneficiou do apoio da FCT, na modalidade de bolsa de pós-doutoramento.

A evidencialidade delinea-se, então, como uma categoria construída sobre a oposição *testemunhal – não testemunhal; prova directa (atestada) – prova indirecta (citativa ou inferencial)*. Implica, desta maneira, mecanismos de percepção e de raciocínio, além de que se inscreve numa dimensão comunicativa/interaccional dos produtos verbais: o locutor assume isto: *é necessário indicar ao meu interlocutor quais são as fontes do meu conhecimento*.

Este interesse crescente pela noção de *evidencialidade* tem marcos teóricos, que muito rapidamente destaco:

(i) o volume de artigos organizado por Guéntchéva 1996;

(ii) o número 33 do *Journal of Pragmatics*, organizado por Dendale e Tasmowsky (2001). É um marco também a obra de Aikhenvald (2004), pois constitui um estudo que abrange um elevado número de línguas (500) e que procura uma descrição integrada.

1.1. Tratou-se em seguida de saber de que maneira estes estudos podiam afectar a descrição de línguas que não têm evidenciais, morfemas com a função exclusiva de marcar o tipo de justificação ou fundamentação que o falante tem para fazer uma asserção – que é o caso das línguas comumente conhecidas.

Há desde logo a assunção geral de que todas as línguas disponibilizam meios que permitem ao locutor indicar se a informação que ele transmite foi ou não foi obtida no seguimento de uma experiência pessoal. Esta assunção é sustentada à luz dos contributos dos estudos tipológicos: os sistemas gramaticais das línguas podem ser comparados porque as categorias gramaticais têm necessariamente algo em comum, que é um conteúdo semântico partilhado.

Serve, então, de pano de fundo a esta assunção a noção de “espaço semântico”, de “mapa semântico” ou de “Espaço Gramatical Universal”, trabalhada por Dahl (1985) e Bybee et al. (1994). Passa-se, deste modo, a falar de “domínio semântico da evidencialidade”.

É neste contexto que surgem os trabalhos sobre a evidencialidade nas línguas românicas: com Dendale (1997) e Kronning (2002) sobre o condicional francês, com Ramat e Topadze (2007), sobre o italiano – e também para o inglês, por exemplo, com Bednarek (2006).

Para o português temos o estudo de Oliveira (2001) sobre o condicional e o futuro, justamente no âmbito do texto jornalístico, que faz uma descrição do condicional, em paralelo com o futuro composto no quadro da teoria da enunciação de Culioli, para justificar o valor de desresponsabilização associada à operação de ruptura enunciativa entre o sujeito enunciador e o sujeito mediatizado.

Há a referir também, neste quadro, Campos (2001) e a investigação aí mencionada sobre as formas evidenciais “parece que” – “parece-me que”.

Importa notar que quer Campos quer Oliveira não usam o termo *evidencialidade*, mas sim *mediatização* e *mediativo*, com base na tradução proposta por Guéntchéva. Guéntchéva argumenta que a tradução francesa de “éviden-

tial” é um “false friend” do inglês. No entanto, o termo proposto – “mediativo” – abrange apenas a evidencialidade indirecta.

No português europeu, os recursos da evidencialidade podem ser meios lexicais:

– advérbios de frase: “aparentemente”, “alegadamente”, “manifestamente”, “presumivelmente”

ou

– construções lexico-sintáticas: “diz-se que”, “parece que”.

Os morfemas verbais, para além dos valores de tempo, modo, aspecto, podem cumulativamente veicular informação evidencial:

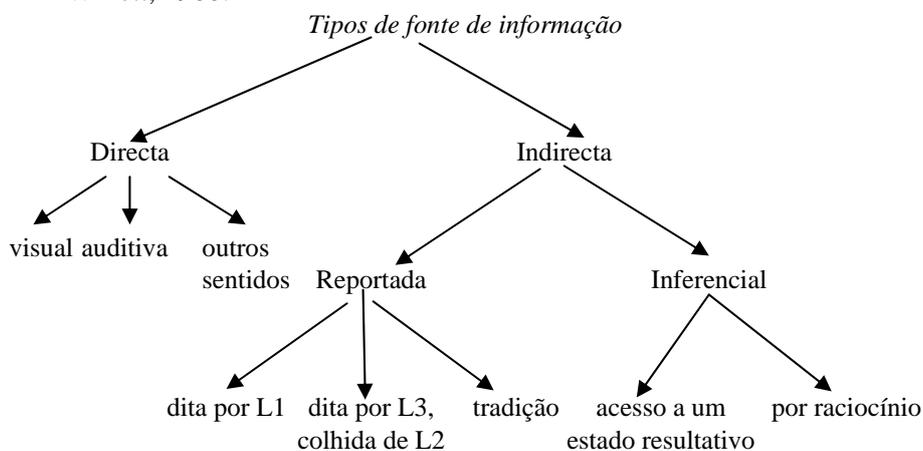
– o imperfeito

– o condicional

– o futuro perfeito.

1.2. Um rápido relance sobre as duas taxinomias de evidenciais mais conhecidas.

Willett, 1988:



Plungian (2001):

Evidência directa	Evidência indirecta	
	Evidência através de raciocínio (inferencial)	Evidência mediada (citativa)
Evidência pessoal		Evidência através de outro

Nas línguas europeias a evidencialidade marcada é a evidencialidade indirecta, que, no discurso – e no discurso de imprensa em particular –, entra em oposição com as sequências neutras, não marcadas. Isto não quer dizer que a evidencialidade não marcada corresponda à evidencialidade directa.

Quer dizer, sim, que o locutor se abstém de garantir a fiabilidade do conteúdo da asserção – facto ditado pelas leis da comunicação interpessoal e pelas máximas de Grice.

Então, falamos de evidencialidade indirecta quando o falante não percepcionou P e está separado de P no espaço e no tempo. No entanto, o falante tem acesso a outros tipos de informação sobre P. Considerem-se as possibilidades:

- >> o falante observou outra situação que interpreta como apontando para P (valor inferencial);
- >> o falante obtém a informação através de outras pessoas (valor citativo), seja por uma modalidade não formal de discurso relatado (isto é, por via de um L2, conhecido ou conhecível), seja através de uma informação de acesso geral (ou seja, por via de um locutor anónimo ou não definido).

Assim, o evidencial substitui-se à introdução de discurso relatado:

«O Zé terá feito isto» = «Ouvi dizer que/Alguém me disse/ O Manel disse-me que o Zé fez isto».

1.3. Vale a pena retomar o apuramento da noção de *evidencialidade* para a definir negativamente.

a) A evidencialidade não se confunde com valores estilísticos ou pragmáticos. Speas (2004) apresenta argumentos válidos nesse sentido, que a seguir sintetizo. Não há nenhuma razão óbvia de ordem conceptual ou pragmática para explicar porque é que a inferência indirecta é universalmente saliente e a informação obtida, por exemplo, por aconselhamento não o seja. Do mesmo modo: não há nenhuma razão para que a informação obtida por se ter ouvido dizer X seja saliente em todas as línguas, mas que a informação por pressentimento, por exemplo, já não o seja. De facto, a sustentação do dito pode ser classificada num número quase infinito de categorias e no entanto só três categorias desse potencial infinito são captáveis em paradigmas evidenciais. Isto prova que a evidencialidade é um sistema restrito e não a expressão de valores pragmaticamente relevantes numa particular e original situação comunicativa.

b) A evidencialidade não é (ou não tem de ser) uma subcategoria da modalidade epistémica. Plungian (2001) assinala que se é verdade que em muitos usos os valores evidenciais e modais se sobrepõem, também é verdade que nem todos os marcadores evidenciais implicam necessariamente um julgamento epistémico. O que há é uma decorrência lógica, na medida em que o grau de fiabilidade da informação veiculada depende do modo como ela é obtida.

De Haan (1999 e 2001) procura a fronteira entre um e outro domínio. Desde logo, através de uma distinção semântica: a evidencialidade diz respeito à codificação da fonte da informação; a modalidade epistémica diz

respeito à codificação do grau de envolvimento do falante em relação à efetividade do estado de coisas descrito.

Mas para além desta distinção semântica, De Haan detectou nas línguas da Europa e da Ásia diferentes comportamentos dos evidenciais face aos marcadores epistémicos, por exemplo, em relação à negação e à activação de implicaturas conversacionais.

Nuyts (2001), na inquirição sobre o teor da distinção modalidade objectiva vs. modalidade subjectiva, constata, a partir de *corpora* do alemão e do neerlandês, que advérbios e adjectivos *modais* ocorrem em relatórios de pesquisas científicas, em que o comprometimento do locutor face ao estado de coisas descrito dificilmente pode ser considerado. A mesma constatação é apurada em segmentos pertencentes a textos não científicos, textos em que estão patenteados raciocínios de senso comum. A partir desta verificação, complementada pela análise de predicados de estados mentais e de auxiliares modais, Nuyts conclui que a subjectividade não é uma dimensão inerente à avaliação epistémica, mas que a distinção *subjectividade – objectividade* deve ter lugar no âmbito da avaliação evidencial.

2. A análise de dados, abaixo sumariada, de segmentos colhidos da imprensa portuguesa serve a constatação da sobreposição², mas também da dissociação *valor evidencial – valor epistémico*.

2.1. Constatação *cumulação modalidade epistémica – evidencialidade indirecta*

(1)

Portugueses sequestrados podem ter sido localizados entre Táchira e Barinas, – Público (22.08.2007)

Não sendo os autores do sequestro membros de grupos subversivos colombianos, “podem ser ex-guerrilheiros que conhecem esta difícil zona andina na perfeição”.

As autoridades terão apertado o cerco aos sequestradores dos quatro luso-venezuelanos desaparecidos no estado de Táchira, na Venezuela.

O futuro perfeito é contíguo ao verbo modal, portanto dá-se a informação como contestável; concomitantemente, transmite-se a não responsabilização do locutor pelo que é afirmado. Mas o valor de evidência indirecta citativa é também apurável pela presença da forma elíptica de discurso relatado (no recurso às aspas): veja-se que a acção “apertar o cerco” é antecedente ao apuramento da hipótese “terem sido ex-guerrilheiros a realizar o sequestro” e pertence ao mesmo *frame* narrativo.

² Em Duarte (2009: 112), por exemplo, a correspondência valor modal – epistémico é uma assunção teórica.

- (2) **BPN: EDP terá ficado a dever entre 780 e 870 mil euros à SLN pelo negócio REDAL**

Lisboa, 26 Mai 2009 (Lusa) – O ex-presidente da SLN e do BPN, José Oliveira e Costa, afirmou hoje que a EDP ficou a dever entre 780 mil euros e 870 mil euros à SLN pela venda da concessão marroquina REDAL, desconhecendo se a eléctrica portuguesa pagou ou não.

Pela leitura do *lead* vemos que o futuro perfeito, no título, corresponde a uma forma substituta de discurso relatado: no *lead* temos como correspondente/em equivalência funcional do título a introdução explícita de discurso indirecto e pretérito perfeito. Concomitantemente, a situação descrita é dada como não validada.

- (3) **Gripe das aves: maioria dos portugueses já terá declarado aves domésticas – Público (11/05/2006)**

O director-geral de Veterinária, Agrela Pinheiro, mostrou-se hoje convencido de que “a grande maioria das explorações” de aves domésticas de Portugal já estão declaradas, a dez dias do fim do prazo estipulado para o efeito.

Está pressuposto que o discurso original do L2 é já modalmente marcado: assistimos à amálgama de valor modal epistémico e valor evidencial citativo.

(i) Segundo o director geral de Veterinária, a maioria dos portugueses já declarou aves domésticas.

(ii) Segundo o director geral de Veterinária, a maioria dos portugueses já terá declarado aves domésticas.

A diferença entre (i) e (ii) está apenas no valor de incerteza de P, dado que o valor evidencial da informação já está explicitado – na indicação directa da fonte. L2 deve ter chegado a P apenas por inferência e concomitantemente dá a acção como incerta.

2.2. Dissociação modalidade epistémica – evidencialidade indirecta

Importa notar que não há nada do ponto de vista lógico que impeça o locutor de dar como certa uma informação que provém de outro, e portanto, de assumir uma informação que é obtida por evidência indirecta. Veja-se o exemplo seguinte:

- (4) **Ex-líder do Quénia terá desviado milhões – Público (01.09.2007)**
A dimensão da corrupção a que se tem entregue a família do antigo Presidente queniano, Daniel Arap Moi, que em 1981 e 1982 chegou a estar inclusive à frente da Organização de Unidade Africana (OUA), foi ontem exposta num relatório a que o jornal britânico Guardian teve acesso: (...)

A acção “desviar milhões”, logo que é co-referenciada na nominalização “a dimensão da corrupção” passa a apresentar-se como uma situação validada.

No exemplo seguinte, similar, a acção captada no futuro perfeito ocorre num contexto factivo.

(4-a)

Houve confrontação e um disparo de aviso do comandante da patrulha, o que originou uma tentativa de retirar ao alferes a arma que tinha na mão, que [o alferes] ao cair terá efectuado dois disparos, tendo um deles atingido de raspão um dos intervenientes (CETEMPúblico)

O locutor dá como certa a ocorrência de disparos, dado que são declaradas neutralmente as consequências desse evento (ou de uma porção desse evento complexo, o evento de disparar duas vezes).

Nos dois exemplos apresentados a seguir, o valor modal epistémico é isolável:

(5)

*Coreia do Norte terá efectuado um segundo teste nuclear
RTP – Internacional (11/10/2006)*

O locutor apresenta a situação como incerta em si mesma. A efectividade de P não pode ser assegurada nem pelo locutor nem por ninguém em T0. Dendale (1992) propõe para o apuramento do valor modal depurado de evidencialidade o acrescentamento ou a incisa «mas ninguém tem a certeza», donde: «Coreia do Norte terá efectuado um segundo teste nuclear, mas ninguém tem a certeza».

O exemplo seguinte faz a mesma atestação.

(5-a)

Este é o tufão mais poderoso a atingir as Filipinas na última década e as autoridades pensam que pelo menos meio milhão de pessoas terá ficado sem casa e que o número de vítimas mortais vai continuara aumentar (CETEMPúblico)

O escopo da afectação de incerteza está no número avançado.

Retomemos o enfoque no valor evidencial, ou na “informação por empréstimo”: aquilo que é predominante no discurso dos *media* é, sem dúvida, a evidência citativa: L1 diz X em que X corresponde a uma elocução de outrem (sem estar em formato de discurso relatado), e esse outrem é o L2 (identificável ou anónimo) que assere P.

Importa sublinhar que no género jornalístico – fundado em aspectos da ordem da referencialidade, verdade, fidelidade e responsabilidade – a evi-

dencialidade por inferência, enquanto evidência pessoal que é, é estilisticamente condenável:

(6)

Guantanamo: Palau aceita 13 uigures e renegoceia acordo-chave com os Estados Unidos

Koror, 15 Jun (Lusa, 15/06/09) – A decisão de Palau de acolher 13 detidos de Guantanamo é um gesto humanitário de um país que se orgulha de receber bem os condenados da sociedade mas também parece ser um assunto de dinheiro.

A evidência inferencial em “parece” provoca um abaixamento do valor de noticiabilidade do texto.

O exemplo seguinte atesta que o futuro perfeito transporta evidencialidade inferencial, pelo menos, quando conjuga verbos psicológicos e epistémicos ou “verbos de acção interna”:

(7)

França: Chirac terá pensado em substituir Villepin – Rádio Renascença Online(07/05/2006)

O Presidente francês, Jacques Chirac, terá pedido sexta-feira ao ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, para pensar em substituir (a) Dominique de Villepin na chefia do Governo.

Há uma acção já mediada – “Chirac pedir a X para pensar Y” – que é interpretada/inferida como “Chirac pensa Y”.

3. Esta análise, embora sumariamente apresentada, conduz a duas conclusões gerais: (i) se o discurso evidencialmente neutro é o discurso, por excelência, da notícia, então a gestão das marcas de evidencialidade no texto é um indicador do seu grau de noticiabilidade; (ii) a sobreposição dos valores evidencial e modal não é obrigatória.

3.1. Esta segunda conclusão geral serve de pano de fundo para a retoma dos principais problemas em foco nesta exposição.

É possível afirmar cabalmente que o futuro pretérito, não sendo um operador evidencial privativo, acusa a existência de um domínio da evidencialidade em português? Os exemplos (4) e (4-a) atestam que o futuro perfeito ocorre em contextos factivos, não estando em causa, pois, a posição do locutor face à situação que enuncia. Ora, se o futuro perfeito pode ser isolável no seu valor evidencial, como poderá esta forma ser incluída na categoria dos recursos da modalidade epistémica? Este é um argumento forte em favor da consideração disjunta dos dois conteúdos, a saber, indicação da fonte de informação e indicação da avaliação do locutor sobre a fiabilidade dessa informação. A análise aqui parcialmente apresentada prova, pelo menos, que não é um dado empírico pleno que as formas que marcam a fonte de infor-

mação também marquem – sempre e necessariamente – a atitude do falante em relação à validade dessa informação.

Reconhecendo a validade deste argumento, há dois caminhos a seguir:

(i) trabalhar o valor da evidencialidade ora “em sentido estrito” (Willett, 1988: 54), para a indicação de como o locutor acedeu ao conteúdo do que diz, ora em “sentido lato” (Matlock 1989: 215), para referir quer a fonte de informação quer a adesão/distanciamento do locutor face ao estado de coisas reportado, com o termo *evidencialidade* a figurar como subcategoria da modalidade.

(ii) ponderar a sustentabilidade teórica de apuramento da evidencialidade como categoria gramatical em português.

Esta segunda opção passa por saber se, em português, se verificam apenas casos esparsos em que uma ou duas formas têm múltiplos valores, entre eles, os evidenciais ou se, à semelhança do que se passa com a categoria aspecto (categoria também importada, das línguas eslavas), é delineável uma categoria cuja expressão se reparte pelos níveis lexical e gramatical (e, aqui, de manifestação assimétrica).

Para a obtenção de uma resposta são necessários mais estudos, quer incisivos, quer agregadores, que aprofundem e conectem a análise do comportamento e função dos vários recursos, em vários contextos discursivos, que, no presente estágio de investigação, se apresentam apenas como *poderem ser* evidenciais.

O resumo da análise apresentado no ponto 2. foca apenas o futuro perfeito. O esquema de análise aí delineado é, no entanto, um molde válido a expandir aos adverbiais. Retomo, a título de exemplo, alguns advérbios apresentados em 1.1.: “manifestamente”, “presumivelmente”, “alegadamente”.

(8)

Nem sequer o facto de o poder indonésio ser manifestamente muçulmano conseguiu inculcar alguma prudência política no mecanismo da descolonização. (CETEMPúblico)

(9)

Aliás, o grau de protecção social registado em Portugal, manifestamente inferior ao dos restantes países comunitários, obriga a que se atribua a mais alta prioridade a este imperativo. (CETEMPúblico)

O conteúdo assinalado pelo adverbial “manifestamente” inegavelmente envolve a indicação de que a prova ou fonte de informação é conhecida ou está acessível a um grupo lato de pessoas, conducente a uma mesma conclusão partilhada. É fundamentada, portanto, a consideração de que a avaliação epistémica é um valor derivado.

Vejam-se ainda os exemplos seguintes, em que o adverbial apoia a presença de um L2, ou seja, acusa casos de evidência citativa.

- (10) *Segundo testemunhas, os cinco mascarados atiraram as bombas para a entrada do restaurante, situado na província de Sitra, no pequeno Estado do Golfo Pérsico, impedindo a saída dos clientes, presumivelmente asiáticos, sete dos quais morreram queimados ou asfixiados. (CETEMPúblico)*
- (11) *Tudo porque Neto da Silva, ex-secretário de Estado do Comércio Externo e depois líder da Socifa, exige receber uma comissão alegadamente prometida por Américo Amorim caso conseguisse vender o lote de acções do empresário no banco português. (CETEMPúblico)*

Em (10) a assunção parcial sobre a origem étnica das vítimas do atentado, marcada em “presumivelmente”, retoma a indicação da fonte de informação não directa, colocada à cabeça do parágrafo, em “segundo testemunhas”, e pertence ao exercício de conexão textual. Em (11) é conteúdo inferido que L2 sustenta o acto de exigir na invocação do acto compromissivo de L3. Essa inferência é sustentada por “alegadamente”.

3.2. Da totalidade desta exposição resulta claro que a verificação da amálgama ou dissociação de valores da ordem da evidencialidade relativamente a valores da ordem da modalidade epistémica dificilmente pode estar circunscrito a aspectos da organização do sistema linguístico por si próprio, podendo apenas ter lugar no estudo das equivalências construcionais patenteadas no discurso.

Referências

- Aikhenvald, A. Y. (2004). *Evidentiality*. Oxford: Oxford University Press.
- Bednarek, M. (2006). “Epistemological positioning and evidentiality in English news discourse: A text-driven approach”. *Text & Talk. An Interdisciplinary Journal of Language, Discourse and Communication Studies*, 26,6:635-660.
- Bybee et al. (1994). *The evolution of grammar: Tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Campos, M. H. C. (2001). “Enunciação mediatizada e operações cognitivas”. In A. S. S. Silva (org.), *Linguagem e Cognição. A Perspectiva da Linguística Cognitiva*. Braga: APL, Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Filosofia de Braga: 325.340.
- Dahl, Ö. (1985). *Tense and Aspect Systems*. Oxford: Blackwell.
- De Haan, Ferdinand (1999). “Evidentiality and epistemic modality: Setting the boundaries”. *Southwest Journal of Linguistics* 18:83-101.
- (2001). “The relation between modality and evidentiality”. In R. Müller; M.Reis (eds.) *Modalität und Modalverben im Deutschen*, Linguistische Berichte – Sonderheft, Buske, Hamburg: 201-216.
- Dendale, P.; Tasmowsky, L. (2001). “Introduction: evidentiality and related notions”. *Journal of Pragmatics* 33:339-348.

- Dendale, Patrick (1993). “Le conditionnel de l’information incertaine: marqueur modal ou marqueur evidential?”, *Actes du XXe Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes* (Zurich 1992), I. Tübingen: A. Francke Verlag: 163-176.
- Duarte, I. M. (2009). “Le *futuro perfeito português*: un marqueur de médiatif”. In *Faits de Langue* n.º 33: 111-118.
- Guentchéva, Z. (1995). “Lénonciation médiatisée et les mécanismes perceptifs”. In J. Bouscaren et alii (eds.) *Langues et langage: problèmes et raisonnement en linguistique*. Paris. PUF: 301-315.
- _____ (1996). “Introduction”. In Z. Guentchéva (org.) *L’Énonciation Médiatisée*. Louvain-Paris: Éditions Peeters: 11-18.
- Jakobson ([1957] 1963). “Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe”. In *Essais de Linguistique Générale I*. Paris: Les Éditions de Minuit: 176-196.
- Kronning, H. (2002). “Le conditionnel ‘journalistique’: médiation et modalisation épistémique”. *Romansk Forum*, 16,2:561-575.
- Lee, H. S. (1993). “Cognitive constraints on expressing newly perceived information: With reference to epistemic modal suffixes in Korean”. *Cognitive Linguistics* 4: 135-167.
- Matlock, T. (1989). “Metaphor and the grammaticalization of evidentials”. *Proceedings of the 15th Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society* 15: 215-225.
- Neves, J. B., Oliveira, T. (2003). “Estratégias linguísticas de distanciamento no jornalismo: as construções mediatizadas”. In L. Ruiz Miyares; C.E. Álvarez Moreno; M.R. Álvarez Silva (eds.) *Actas del VIII Simposio Internacional de Comunicación Social (Santiago de Cuba, 2003)*. Santiago de Cuba: Centro de Lingüística Aplicada, II: 823-827.
- Nuyts, J. (2001). “Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions”. *Journal of Pragmatics* 33: 383-400.
- Oliveira, T. (2001). “O futuro e o condicional como marcadores de mediativo”. In C.N. Correia, A. Gonçalves (eds.) *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Coimbra, 2000)*. Lisboa: APL/Colibri: 403-414.
- Plungian, V. A. (2001). “The place of evidentiality within the universal grammatical space”. *Journal of Pragmatics* 33: 349-357.
- Ramat, A. G.; Topadze, M. (2007). “The coding of evidentiality: a comparative look at Georgian and Italian”. *Rivista di Linguistica*, 19, 1:7-38.
- Speas, M. (2004). “Evidentiality, Logophoricity and the Syntactic Representation of Pragmatic Features”. *Lingua* 114:255-276.
- Willett, T. (1988). “A Cross-linguistic Survey of the Grammaticalization of Evidentiality”. *Studies in Language* 12, 1:51-97.